

insurgência

revista de direitos e movimentos sociais

Dossiê "Pensamento jurídico crítico
latino-americano: reflexões acerca
do Estado, poder e lutas populares
v 9. n. 1. (2023)



o que vem por aí.

IPAMs



insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais

Volume 9, Número 1, Janeiro-Junho de 2023

ISSN 2447-6684

Publicação semestral do Instituto de Pesquisa Direito e Movimentos Sociais (IPDMS)
e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade de Brasília (PPGDH/UnB)

EDITOR RESPONSÁVEL

Alexandre Bernardino Costa (Universidade de Brasília)

COMISSÃO EDITORIAL

Diogo Justino (Universidad Nacional Tres Febrero, Argentina), Guilherme Cavicchioli Uchimura (Universidade Federal do Paraná), Gustavo Seferian (Universidade Federal de Minas Gerais), José Jaime Freitas de Macedo (Universidade Federal do Vale do São Francisco), Júlia Carla Duarte Cavalcante (Universidade Federal de Pernambuco), Leonardo Evaristo Teixeira (Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México), Luzimar Barreto de França Junior (Universidade do Oeste Paulista e Universidade do Estado de São Paulo), Mariana de Freitas Barros Souza (Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense), Moisés Alves Soares (Universidade Federal de Jataí) e Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuma (Universidade Federal Rural do Semiárido)

COMISSÃO ORGANIZADORA DO DOSSIÊ "PENSAMENTO JURÍDICO CRÍTICO LATINO-AMERICANO: REFLEXÕES ACERCA DO ESTADO, PODER E LUTAS POPULARES"

Efendy Emiliano Maldonado Bravo, José Jaime Freitas Macedo, Leonardo Evaristo Teixeira e Tchenna Fernandes Maso

CONSELHO CIENTÍFICO

Alexandre Bernardino Costa (Universidade de Brasília), Alfredo Wagner Berno de Almeida (Universidade do Estado do Amazonas), Ana Ester Ceceña (Universidad Nacional Autónoma de México), Ana Lúcia Pereira (Universidade Federal do Tocantins), Antonio Salamanca Serrano (Instituto de Altos Estudios Nacionales, Equador), Breno Marques Bringel (Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Instituto de Estudos Sociais e Políticos), Carlos Frederico Mares de Souza Filho (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) Conceição Paludo (Universidade de Pelotas, Brasil), David Sanchez Rubio (Universidad de Sevilla), Enrique Dussel (Universidad Autónoma de la Ciudad de México), George Andrew Meszaros (University of Warwick), Jesús Antonio de la Torre Rangel (Universidad Autónoma de Aguascalientes), Joaquim Shiraishi Neto (Universidade Federal do Maranhão), José Geraldo de Sousa Júnior (Universidade de Brasília), Maria Tereza Sierra (CIESAS), Norman José Solórzano Alfaro (Universidad Nacional, Costa Rica), Rachel Henriette Sieder (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, México), Raquel Maria Rigotto (Universidade Federal do Ceará), Regina Facchini (Unicamp, Brasil) e Rita Laura Segato (Universidade de Brasília)

PROJETO GRÁFICO

Anna Carolina Murata Galeb e Guilherme Cavicchioli Uchimura

CAPA

Anna Carolina Murata Galeb, sobre a colagem "O Brasil está de volta", de Flávia do Amaral Vieira

EDITORAÇÃO

Guilherme Cavicchioli Uchimura e Leonardo Evaristo Teixeira

CORPO DE PARECERISTAS

Ana Lia Vanderlei de Almeida (Universidade Federal da Paraíba), Ana Luisa Leão de Aquino Barreto (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Ana Radig Denne Lobão Moraes (Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais), Bruna Ferrari Pereira (Universidade Federal de São Carlos), Bruna Martins Costa (Universidade de Brasília e Universidade Federal do Tocantins), Bruno Boti Bernardi (Universidade Federal da Grande Dourados), Carla Benitez Martins (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), Ciani Sueli das Neves (Universidade Federal de Pernambuco), Clarissa Machado de Azevedo Vaz (Universidade de Brasília e Universidade Federal do Tocantins), Claudia Lima Monteiro (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Daniel de Faria Galvão (Instituto Federal de Minas Gerais), Daniel Vitor Castro (Universidade Federal de Minas Gerais), Danilo Uler Corregliano (Fundação Getúlio Vargas), Diego Augusto Diehl (Universidade Federal de Jataí), Diogo Pinheiro Justino de Souza (Universidad Nacional de Tres de Febrero, Argentina), Eder Fernandes Santana (Universidade Federal de Minas Gerais), Emannuela Gava Caciatori (Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México), Erika Macedo Moreira (Universidade Federal de Goiás), Gabriella Barbosa Santos (Universidade do Estado da Bahia), Giovana Labigalini Martins (Fundação Getúlio Vargas), Guilherme Cavicchioli Uchimura (Universidade Federal do Paraná), Gustavo Seferian (Universidade Federal de Minas Gerais), Helga Maria Martins de Paula (Universidade Federal de Jataí), Isabella Cristina Lunelli (Universidade Federal de Santa Catarina), Janaina Tude Sevá (Universidade Federal de Goiás), Jéssica Domiciano Cardoso Jeremias (Universidade do Extremo Sul Catarinense), Jonnas Esmeraldo Marques de Vasconcelos (Universidade Federal da Bahia), José Humberto de Góes Junior (Universidade Federal de Goiás), José Jaime Macedo (Universidade Federal do Vale do São Francisco), Júlia Carla Duarte Cavalcante (Autarquia Educacional do Araripe), Leonardo Evaristo Teixeira (Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México), Leura Dalla Riva (Università degli studi della Campania Luigi Vanvitelli, Itália), Luiz Otávio Ribas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Luzimar Barreto de França Junior (Universidade Estadual Paulista), Marco Alexandre Souza Serra (Centro Universitário Ingá), Maria José Andrade de Souza (Universidade Federal do Oeste da Bahia), Mariana Prandini Assis (Universidade Federal de Goiás), Mariana de Freitas Barros Souza (Universidade Federal Fluminense), Marília de Nardin Budó (Universidade Federal de Santa Catarina), Moisés Alves Soares (Universidade Federal de Jataí), Nayara Rodrigues Medrado (Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Juiz de Fora), Noa Piatã Bassfeld Gnata (Universidade Federal do Paraná), Pádua Fernandes (Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado), Paulo de Carvalho Yamamoto (Instituto Federal de São Paulo), Phillipe Cupertino Salloum e Silva (Universidade Federal de Jataí), Priscylla Joca (Universidade de Montreal, Canadá), Rodrigo Portela Gomes (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuma (Universidade Federal Rural do Semiárido), Thaís Henriques Dias (Universidade Federal Fluminense), Tchenna Fernandes Maso (Universidade Federal do Paraná), Ticiane Lorena Natale (Universidade de São Paulo), Victória Veloso Faraco (Universidade Federal de Minas Gerais), Yuri Gabriel Campagnaro (Universidade Tecnológica Federal do Paraná).

PARECERISTAS AD HOC

Cesar Augusto Baldi (Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos, Universidade de Brasília) e Isabel Cortes Da Silva Ferreira (Pontifícia Universidade Católica do Paraná)

A **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, ligada ao Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS) e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília (PPGDH/UnB), tem por objetivo difundir produção teórica inédita concernente à temática “direitos e movimentos sociais”. Com a perspectiva de impulsionar a atividade de pesquisa desenvolvida com, por e para os movimentos sociais, mobilizando pesquisadoras e pesquisadores de todo o Brasil em diversas áreas temáticas, o IPDMS se propõe a veicular uma publicação, em formato de periódico internacional, que promova produções teóricas que estejam comprometidas com a construção de conhecimento crítico e libertador sobre o tema dos direitos e dos movimentos sociais, permitindo a elaboração criativa e engajada de análises e interpretações sobre os diversos assuntos que afetam o povo brasileiro e latino-americano. A Revista admite produções acadêmicas, políticas e artísticas relacionadas ao tema direitos e movimentos sociais, considerando como áreas de interesse as ligadas aos Grupos de Trabalho (GTs) do IPDMS: Assessoria jurídica popular, educação jurídica e educação popular; Cidade e direito; Criminologia crítica e movimentos sociais; Direito e marxismo; Direito, memória e justiça de transição; Direitos, infâncias e juventudes; Gênero, sexualidade e direito; Mundo do trabalho, movimento sindical e direito; Povos e comunidades tradicionais, questão agrária e conflitos socioambientais; Pensamento crítico e pesquisa militante na América Latina; Observatório do sistema de justiça, de políticas públicas e do legislativo; Observatório da mídia, direitos e políticas de comunicação.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 9 | n. 1 | jan./jun. 2023 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS
ISSN 2447-6684

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Sumário

Apresentação

Apresentação do dossiê “Pensamento jurídico crítico latino-americano: reflexões acerca do Estado, poder e lutas populares”9
Comissão Organizadora do Dossiê (E. Emiliano Maldonado Bravo, José Jaime Freitas Macedo, Leonardo Evaristo Teixeira, Tchenna Fernandes Maso)

Diálogos InSURgentes

En los senderos de la crítica jurídica latinoamericana: entrevista con Mylai Burgos Matamoros /21
Entrevista concedida por Mylai Burgos Matamoros a Leonardo Evaristo Teixeira, com transcrição de Leonardo Evaristo Teixeira, Tchenna Fernandes Maso, Diana Carolina Caicedo Peñata.

Nos caminhos da crítica jurídica latino-americana: entrevista com Mylai Burgos Matamoros37
Entrevista concedida por Mylai Burgos Matamoros, com tradução ao português brasileiro de Leonardo Evaristo Teixeira e Tchenna Fernandes Maso

Ativismo LGBTI+ no Partido dos Trabalhadores: Entrevista com Julian Rodrigues53
Entrevista concedida por Julian Rodrigues a Cleyton Feitosa

Dossiê "Pensamento jurídico crítico latino-americano: reflexões acerca do Estado, poder e lutas populares"

Lutas de classe na América Latina.....77
Carlos Frederico Marés de Souza Filho

Luchas de clase en América Latina.....103
Carlos Frederico Marés de Souza Filho, com tradução ao espanhol de Leonardo Evaristo Teixeira

O direito como forma social 131
Óscar Correas

La “Primera Línea” en el sur occidente de Colombia: una explicación sociojurídica de la resistencia 155
Rosember Ariza Santamaría e Eduar Stiven Velasquez Bonilla

A criminalização dos movimentos populares e a repressão violenta sobre manifestações: o caso do massacre dos professore/as em Curitiba - PR no dia 29 de abril de 2015183
Felipe de Araujo Chersoni, Cristiane Westrup, Sara de Araújo Pessoa e Fernanda da Silva Lima

Genocídio ou Crimes contra a humanidade: o debate jurídico argentino como disputa pelo sentido atribuído ao passado	211
Daniel Feierstein e Malena Silveyra	
Derechos humanos y el común: elementos para una teoría crítica jurídica	245
Alejandro Rosillo Martínez	
Repensar os Direitos Humanos a partir da Crítica Decolonial: situando discursos possíveis e caminhos realistas pelas lutas sociais	271
Ana Laura Marques Gervásio, Eloá Leão Monteiro de Barros e Natália de Souza Lisbôa	
O advento dos Direitos Humanos no mundo colonial: a raça como ruptura ontológica	293
Viviane Souza de Almeida	
Las praxis populares de lucha por la vida como lugar epistémico-político de la descolonización del Derecho	325
Félix Pablo Friggeri	
Plurinacionalidade: um histórico à margem esquerda	347
Efendy Emiliano Maldonado Bravo	
A participação dos povos indígenas no processo de elaboração de uma Constituição para o Chile (2022): uma releitura da identidade do sujeito constituinte	389
Antonio Diogo Oliveira Herculano	
A construção de feminismos contra-hegemônicos na Bolívia: contribuições dos movimentos <i>Mujeres Creando</i> e Feminismo Comunitário	407
Mariana Malheiros	
O paradigma da interculturalidade no Estado brasileiro e a aplicação da pena ao réu indígena: o critério da autoidentificação como definidor do direito à atenuante da pena e ao regime especial de semiliberdade previstos no artigo 56 do Estatuto do Índio	429
Anna Carolina Tavares Assunção	
Dr. Walter Anthony Rodney: o Angelin subtraído em pleno vigor vitalício	453
Alcides José Delgado Lopes	
Terra, moradia e democracia: a gramática jurídica da Campanha Despejo Zero	473
Julia Ávila Franzoni, Daisy Carolina Tavares Ribeiro e Raquel Ferreira Pires	
Desastralização – a proposta de uma ferramenta-conceito para analisar casos de desastres criados	505
Karine Gonçalves Carneiro, Tatiana Ribeiro de Souza	

Em Defesa da Pesquisa

Educação popular em torno de uma plataforma política – o impacto do trabalho em rede de movimentos sociais pelos direitos das juventudes 527
Laís Barbosa Patrocino

O MTST e o poder da Ideologia: uma análise da mídia PodOcupá 543
Matheus Braz Horstmann e Ricardo Gonçalves Severo

Temas Geradores

O direito que nasce do povo..... 581
Jesús Antonio de la Torre Rangel

Direitos da Natureza 589
Katya Regina Isaguirre-Torres e Gabriel Vicente Andrade

Teorias críticas do colonialismo 601
Ricardo Prestes Pazello

Poéticas Políticas

Tristeza Maravilhosa 617
José d'Assunção Barros

O Brasil voltou..... 621
Flávia do Amaral Vieira

Documentando el México Originario: Xantolo 625
Adbeel Darío Duarte Hernández, Francisco Hiram Vázquez Hernández e José Dagoberto Hernández Gopar

El señor de las sirenas, el asombroso alfarero sin vista 645
Alan David Cabrera

Continentes 657
Viviane Souza de Almeida

Caderno de Retorno

Resenha de "O marxismo ainda é útil?", de Frei Betto 663
Leonardo Figueiredo de Souza e Marlon Kauã Silva Cardoso
Resenha de "O marxismo ainda é útil?", de Frei Betto

Iluminações para superar o capitalismo: um debate com Nancy Fraser e Rahel Jaeggi 671
Gabriel Miranda
Resenha de "Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica", de Nancy Fraser e Rahel Jaeggi

Práxis de Libertação

Declaração de direitos dos camponeses e das camponesas681
Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

Parecer técnico: audiência pública sobre os direitos das populações atingidas por barragens709
Grupo de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental EKOA (Universidade Federal do Paraná)

Apresentação do dossiê “Pensamento jurídico crítico latino-americano: reflexões acerca do Estado, poder e lutas populares”

Emiliano Maldonado, José Jaime Freitas Macedo, Leonardo Teixeira e Tchenna Maso

O mundo viu a queda do nazifascismo no pós Segunda Guerra Mundial e, ao mesmo tempo, a consolidação de políticas fascistas nos Estados Unidos, durante os anos 50 do século XX. O Macarthismo, a preservação do ódio e da exclusão racial são exemplos dessas políticas. Quando falamos em fascismo as primeiras imagens são da Itália de Mussolini e da Alemanha de Hitler. E, muitas vezes, fica invisibilizado todo o contexto que fez da violência imperialista a política do capitalismo entre os anos 20 e 60 do século XX, em maior ou menor grau por quase todo o mundo. E retiramos desse pacote as práticas econômicas neoliberais, que fundadas por Friedrich Hayek, foram sendo aplicadas pelos “Chicago Boys” – durante a sanguinária ditadura chilena de Pinochet–, e passaram a se espalhar pelo planeta sob a batuta dos interesses anglo-saxônicos dos governos Thatcher e Reagan, os quais são centrais para que na última década do século XX esse modelo seja imposto como a lógica econômica perversa de exclusão social e do primado do mercado sobre as pessoas.

Além disso, a América Latina vive sob a marca da violência e o extermínio dos seus povos e a extração sem limites dos seus bens comuns desde 1492, quando foram fundadas as raízes profundas do sistema capitalista, e estruturado sociedades marcadas pelo racismo, patriarcado e a separação do “homem” da Natureza. Um passado colonial, ainda presente através da produção e reprodução da colonialidade do poder. Apesar disso, a resistência dos povos de *Abya Ayla* esteve sempre presente, como comprovam os resgates e estudos mais recentes sobre nossa história, a força quechua, aymara, guarani, entre tantas outras nações originárias que se negaram e resistiram à invasão colonial. As lutas de libertação foram uma constante na nossa história regional, desde Tupac Amaru I e II, Zumbi, Dandara, Tupac Katari, Bartolina Sisa, Bolívar, Martí e milhares de insurgentes anônimos que na história mais recente, formaram os movimentos de libertação nacional ao longo dos anos 50, 60 e 70, que resultaram nas efervescências das ideias de esquerda e da luta armada, através da qual se conquistou a Revolução Cubana, a Revolução Sandinista e a Revolução na Guatemala. E sobre as quais recaem a

violência das contrarrevoluções, dentro de um momento em que vários países da região viveram violentas ditaduras. Nesse período nossa região presenciou o extermínio e as práticas de tortura e desaparecimento de milhares de pessoas, cujas marcas terríveis nos permitem afirmar que a perseguição política e o terrorismo de estado estruturaram os aparelhos repressivos do estado e constituíram as políticas punitivistas vigentes.

Nos anos 90 e 2000, os inúmeros levantamentos indígenas dos andes até Chiapas, mostraram ao mundo que a história não havia acabado e que o neoliberalismo não poderia esconder sua face violenta e perversa. Em sentido oposto, os movimentos populares criaram as condições e possibilidades para a chegada de governos progressistas ao poder na Venezuela, Equador, Bolívia, Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Honduras, os quais resistiram a boicotes econômicos e a tentativas de golpe. Uma brutalidade de amarras que se desenrolam ao redor do uso das redes sociais para polarização da sociedade, do estímulo a grupos extremistas, principalmente religiosos, do cultivo de valores antidemocráticos. A partir de então, os sistemas democráticos na América Latina e no Caribe estão sob pressão. Os golpes de Estado, em suas mais diversas formas, as disputas pelo poder e governabilidade têm constituído episódios de instabilidade, eclodindo uma série de levantes populares. Muitas dessas mobilizações questionam as democracias e os sistemas políticos. Observamos episódios recentes no Chile, Equador, Peru, Bolívia, Guatemala e Colômbia.

Não há hiato, portanto, entre o fascismo de antes e o de hoje. Há, quando muito, perda de importância e de poder em diversos países do mundo. O que estamos vivenciando hoje em muitos lugares da América Latina é resultante dessa continuidade. Se no Chile a segunda maior força que emergiu da recente eleição presidencial é Neoliberal e ultraconservadora, se o novo governo da Colômbia lutou e venceu estas mesmas forças, se no Brasil vivemos quatro anos de terrorismo de Estado e de práticas fascistas e genocidas reiteradas, isto não pode representar uma surpresa se analisamos mais a fundo a História do colonialismo e da colonialidade nas Américas, pois as marcas profundas da violência extrativista seguem latentes e as nossas veias seguem sendo abertas pelos interesses das corporações transnacionais, como Galeano nos ensinou em seu livro clássico.

A violência colonial, em suas formas antigas e novas, não apareceram do nada, eles são produtos das relações de exclusão produzidas pela lógica civilizacional do Ocidente Moderno em sua fase capitalista. Dentro disso está o próprio capitalismo, uma das faces mais perversas de produção de exclusão deste processo civilizatório. Ou seja, o colonialismo e colonialidade representam marcos da destruição e subjugação de outros povos pelo mundo ocidental.

Entretanto, os povos oprimidos nas Américas não ficaram inertes ao longo destes cinco séculos de opressão colonial. Várias formas de inSURgências emergiram e

produziram seus efeitos. *Nuestras Américas*, Rebeliões Negras no Haiti, na Jamaica com os Maroons, no Brasil indígenas e quilombolas, na Bahia com os Malês, os levantamentos indígenas que sacudiram os andes e levaram as recentes políticas que incorporaram o Bem Viver e foram construídas a partir das experiências ancestrais dos povos andino-amazônicos, as lutas das mulheres negras, indígenas e brancas por todas as Américas, as resiliências inSURgentes das religiões dos povos autóctones e aquelas de matrizes africanas são apenas alguns exemplos de que nós não nos submetemos, nem nos calamos.

O crescimento destas várias formas de lutas populares reavivou uma multiplicidade de demandas persistentes do passado, mas também levou ao surgimento de outras necessidades, desejos e iniciativas que desafiam diretamente o Estado, a democracia e o modo de produção capitalista, forjados ao longo da modernidade na exploração sem limites dos povos e bens comuns de *Abya Yala*. As expectativas e demandas não atendidas reacenderam uma tendência já existente na região, agora aprofundada no contexto dos efeitos negativos para a saúde, a natureza e os modos de vida, os quais se agravaram com efeitos econômicos e sociais da pandemia.

Por detrás deste cenário de efervescência a crise global, agravada pela pandemia, tem-se aprofundado o avanço imperialista em nossa região e projetos vinculados à extrema-direita. O lugar geopolítico de exportadora de commodities, o avanço do extrativismo predatório, tem feito eclodir os conflitos socioambientais e as violências socioterritoriais. Nesse cenário, as relações entre Estado, controle e poder são permeadas pela escala local, nacional, global, envolvendo atores não-estatais como a presença de organismos multilaterais e empresas transnacionais na construção das decisões.

Com base nestes elementos, em vários países da América Latina e do Caribe, diferentes tipos de questionamentos têm avançado, o que alimenta um terreno no qual o significado, o valor e a representação das democracias existentes estão sendo questionados. Nesse cenário, recordar a trajetória da construção do pensamento jurídico crítico latino-americano, marcado por uma vertente plural que questiona o papel do direito e da ideologia na produção e reprodução de desigualdades na região, ainda é uma tarefa teórica para construção de uma práxis libertadora. Tendo em vista que estes desafios nem sempre são enfrentados por sistemas e instituições políticas, e muitas vezes são colocados por movimentos populares em protestos, e precisam ser enfrentados por uma pesquisa situada e rigorosa.

Em 2011 professores, estudantes de diversos cursos se reuniram em São Paulo e fundaram o Instituto de Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais (IPDMS), cujo propósito é o de criar uma rede de pesquisadores e pesquisadoras que estejam atentos às demandas dos movimentos sociais, e aos desafios da conjuntura para a produção de conhecimento que efetivamente possa contribuir com a transformação

da realidade, como conta um pouco a edição anterior da revista ao celebrar os 10 anos de fundação.

Desde o começo, o IPDMS esteve comprometido com uma agenda de pesquisa que pudesse refletir sobre as questões acima traduzidas, assim criou o grupo de trabalho sobre “Teorias críticas, América Latina e Epistemologias do Sul”, que atualmente se denomina “Pensamento Crítico e Pesquisa Militante na América Latina”. Nos últimos anos o grupo trabalhou ativamente para construir redes de interlocução acadêmica em nossa região e, sobretudo, resgatar a produção teórica de intelectuais paradigmáticos do pensamento crítico, como Fals Borda, Florestan Fernandes, Paulo Freire, as perspectivas críticas do “constitucionalismo latino-americano”, a fim de contribuir na relação e articulação com os movimentos populares recentes de nossa história. Importantes investigadores e investigadoras integram o grupo, ligados a uma produção acadêmica crítica, a pesquisa militante, e a práxis junto aos movimentos sociais, os quais seguem tecendo redes e construindo experiências investigativas instigantes e comprometidas com as lutas populares.

Outra importante ferramenta do IPDMS é a Revista InSURgênica. Na edição que a seguir se apresenta, foi realizada uma parceria com a coordenação do Grupo de trabalho “Pensamento Crítico e Pesquisa Militante na América Latina”, Tchenna F. Maso e Emiliano Maldonado, com os editores da revista Leonardo Teixeira e José Jaime Freitas Macedo, para construir o presente Dossiê que se intitula “Pensamento jurídico crítico latino-americano: reflexões acerca do Estado, poder e lutas populares”. A preocupação de preparar uma cuidadosa curadoria dos artigos submetidos centrou-se nas perspectivas de classe, raça e gênero dentro pensamento (jurídico) crítico, partindo desde o marxismo e das chamadas teorias críticas, situando também as perspectivas nas urgentes discussões sobre as lutas populares/campesinas, resistências, questões ambientais, genocídio, violência do Estado etc.

Assim, o presente Dossiê da Revista InSURgência (v. 9, n. 1, de 2023) propõe refletir sobre essas questões a partir das lentes do pensamento crítico latino-americano e as inSURgências dos povos das Américas. O dossiê é composto de 16 artigos, dentre eles traduções de textos clássicos da teoria crítica do direito, 2 entrevistas, 2 publicações na seção *Em defesa da pesquisa*, 3 verbetes, 2 resenhas, 5 contribuições poéticas, 2 documentos históricos.

Iniciando pela capa feita de colagens por Flávia do Amaral Vieira e que gentilmente permitiu-nos usá-la para estampar essa coletânea de artigos do pensamento jurídico crítico latino-americano, permite-nos pensar esse retorno dos governos progressistas, na figura de Luiz Inácio Lula da Silva, mas que, para além disso, traz as permanências de um passado ainda constitutivo do presente com sua herança escravocrata e profundamente cheia de desigualdades. A dialética entre

passado e presente está na própria construção do que é democracia e em sua luta de *sem medo de ser feliz*, conforme se estampa na arte, e revela essa disputa de saber *o que vem por aí*.

A seguinte seção, *Diálogos InSURgentes*, com suas duas importantes entrevistas, foi concedida, como na primeira, “*Nos caminhos do pensamento jurídico crítico latino-americano*”, pela cubana e residente mexicana Mylai Burgos Matamoros, sobre o pensamento jurídico crítico latino-americano, com amplas reflexões também no denominado pensamento crítico social deste nosso continente, partindo sobretudo de reflexões entre direito e marxismo, além do Novo Constitucionalismo Latino-americano. A segunda entrevista realizada por Cleyton Feitosa e concedida pelo militante LGBTI+ do Partido dos Trabalhadores Julian Rodrigues, “*Ativismo LGBTI+ no Partido dos Trabalhadores: Entrevista com Julian Rodrigues*”, apresenta reflexões da questão de gênero dentro do próprio partido e da construção desta pauta o qual o entrevistado construiu e tem construído, sendo compartilhado por todas e todos os detalhes dessa militância resiliente.

Os dezesseis trabalhos que compõem o *Dossiê* oferecem a pluralidade de discussões inerentes do que se foi consolidando não só como pensamento jurídico crítico latino-americano, senão também e sobretudo desde o pensamento crítico social da América Latina, em constantes diálogos e sínteses na academia a partir das reflexões materiais dos movimentos e lutas sociais e populares.

O abre alas dessa coletânea de contribuições é iniciado pelo artigo do professor Carlos Frederico Marés de Souza Filho, denominado “*Lutas de classe na América Latina*”, também traduzido ao espanhol por Leonardo Evaristo Teixeira, que evidencia as “novas” lutas de classes na América Latina, através dos sujeitos do campo, que, por um lado, coloca a natureza contra o capital por meio das lutas dos povos indígenas e, por outro, coloca a terra no centro da coletividade através das lutas camponesas. O segundo texto, “*O direito como forma social*”, trata de um trabalho pouco difundido no Brasil do jurista argentino e radicado no México, Óscar Correas, a partir da tradução ao português realizada por Guilherme Cavicchioli Uchimura e Rodolfo Carvalho Neves dos Santos, que, em diálogo com Evgeny Pachukanis, demarca a introdução da posição de Correas no pensamento jurídico crítico latino-americano com a crítica soviética. Em seguida, o texto “*La ‘Primera Línea’ en el sur occidente de Colombia: una explicación sociojurídica de la resistencia*” dos colombianos Rosembert Ariza Santamaría e Eduar Stiven Velasquez Bonilla, possibilitam aos leitores e leitoras brasileiras o estudo das formas de organização e resistência popular na cidade de Cali ante o contexto de violência estatal. Já o trabalho coletivo “*A criminalização dos movimentos populares e a repressão violenta sobre manifestações: o caso do massacre dos professore/as em Curitiba - PR no dia 29 de abril de 2015*”, de Felipe de Araujo

Chersoni, Cristiane Westrup, Sara de Araújo Pessoa e Fernanda da Silva Lima, discute o massacre ocorrido contra professores e professoras da cidade de Curitiba, no Paraná, em 2015, avançando no sentido de evidenciar as múltiplas formas de violência contra os movimentos populares.

O debate sobre o genocídio e crimes contra a humanidade é inserido a partir da tradução de Diogo Justino do texto *“Genocídio ou Crimes contra a humanidade: o debate jurídico argentino como disputa pelo sentido atribuído ao passado”*, de autoria dos argentinos Daniel Feierstein e Malena Silveyra, a partir da contextualização do processo de justiça transicional argentino centrado na discussão da categoria genocídio e crimes contra a humanidade e seus contornos a partir das demandas dos movimentos sociais por justiça, reparação e memória. Em *“Derechos humanos y el común: elementos para una teoría crítica jurídica”*, o mexicano Alejandro Rosillo Martínez, ao distinguir as três clássicas visões dos direitos humanos, entende que, para que se possa gerar uma teoria crítica, é necessário que os direitos humanos tenham um fundo libertador. Nesse sentido, o autor parte de algumas categorias, entre elas o que denomina como “o comum” e o “pro-comum”. As autoras Ana Laura Marques Gervásio, Eloá Leão Monteiro de Barros e Natália de Souza Lisbôa, em *“Repensar os Direitos Humanos a partir da Crítica Decolonial: situando discursos possíveis e caminhos realistas pelas lutas sociais”*, propõem discutir os direitos humanos desde os estudos de(s)coloniais situando-se como crítica cultural-geográfica-política em diálogo com o saudoso Joaquín Herrera Flores. Já a pesquisadora Viviane Souza de Almeida com seu texto *“O advento dos Direitos Humanos no mundo colonial: a raça como ruptura ontológica”* realiza um importante questionamento: “qual o lugar da raça na invenção dos direitos humanos?”. Com esta pergunta a autora parte da historicização dos direitos humanos desde as análises das epistemologias do sul cujo fim é a superação da categoria raça com a radicalização do discurso dos direitos humanos. Acerca da construção do saber e da prática do direito a partir da práxis popular da luta pela vida, encontramos o trabalho do argentino Félix Pablo Friggeri com *“Las praxis populares de lucha por la vida como lugar epistémico-político de la descolonización del Derecho”* que colabora nas elaborações para a descolonização do direito, partindo sobretudo do Constitucionalismo Latino-americano.

Ainda, as discussões sobre as contribuições dos movimentos e povos originários de *Abya Yala* se iniciam com o texto do organizador deste dossiê, Emiliano Maldonado Bravo, intitulado *“Plurinacionalidade: um histórico à margem esquerda”*. Nele o autor trabalha com o sentido histórico-político da categoria “plurinacionalidade”, no qual resgata-se a trajetória do debate sobre os processos de libertação nacional no pensamento marxista, especialmente, o latino-americano e se propõe um profícuo diálogo entre o político-jurídico a partir das bandeiras de luta dos movimentos indígenas no Equador. A partir dessas reflexões o autor

defende a tese de uma perspectiva crítica da plurinacionalidade, fundada na concepção defendida pelas lideranças do movimento indígena entrevistadas pelo autor e que no campo jurídico permitiu o desenvolvimento de uma *plurinacionalidad desde abajo* que não nega sua origem à margem esquerda.

Posteriormente, o autor Antonio Diogo Oliveira Herculano em “*A participação dos povos indígenas no processo de elaboração de uma Constituição para o Chile (2022): uma releitura da identidade do sujeito constituinte*” tem o objetivo refletir acerca da identidade do sujeito constituinte na elaboração da atual Constituição chilena desde a participação dos povos indígenas e na nova conceptualização do poder político levado adiante pelo sujeito à frente deste processo, o povo. Um enfoque feminista aparece na contribuição de Mariana Malheiros em “*A construção de feminismos contra-hegemônicos na Bolívia: contribuições dos movimentos Mujeres Creando e Feminismo Comunitário*”, que parte da experiência boliviana dos movimentos *Mujeres Creando*, de um feminismo comunitário, que proporciona um sentido, em sua práxis, ao feminismo em sua contra hegemonia, fazendo-se uma importante contribuição ao feminismo latino-americano. Já a autora Anna Carolina Tavares Assunção, no texto “*O paradigma da interculturalidade no Estado brasileiro e a aplicação da pena ao réu indígena: o critério da autoidentificação como definidor do direito à atenuante da pena e ao regime especial de semiliberdade previstos no artigo 56 do Estatuto do Índio*”, busca apresentar que a forma pela qual o Superior Tribunal de Justiça interpreta a aplicação do artigo 56 do Estatuto do Índio viola a ordem constitucional ao interpretar a partir da ideia do índio não integrado socialmente e não a partir do critério de autoidentificação.

Finalmente, neste último bloco de artigos vemos uma pluralidade de contribuições, entre as quais se tem temas que realizam o resgate de um personagem da Guiana assassinado pelo Estado, discutem a luta por terra e moradia, e os crimes e desastres ambientais. Dessa sequência, o cabo-verdense Alcides José Delgado Lopes com o trabalho de nome “*Dr. Walter Anthony Rodney: o Angelin subtraído em pleno vigor vitalício*” resgata o trabalho do intelectual e ativista político da Guiana, Walter Anthony, que foi morto por agentes do Estado em 1980. Já em “*Terra, moradia e democracia: a gramática jurídica da Campanha Despejo Zero*”, as autoras Julia Ávila Franzoni, Daisy Carolina Tavares Ribeiro e Raquel Ferreira Pires discutem a experiência da Campanha Despejo Zero durante a pandemia do COVID-19 com o fim de parar as remoções coletivas de ocupações, entendendo que a referida campanha colaborou na produção do direito ao lado da produção de espaços na articulação democrática entre cidadania, território e direitos sociais. A última contribuição visa enriquecer as discussões sobre desastres, em contexto de conflitos socioambientais, como o artigo de Karine Gonçalves Carneiro e Tatiana Ribeiro de Souza denominado “*Desastralização – a proposta de uma ferramenta-conceito para analisar casos de desastres criados*”. Neste trabalho as autoras

buscam propor uma ferramenta-conceito da “desastralização”, ou seja, a criação de uma metodologia para identificar desastres decorrentes da atividade minerária ante o contexto neoextrativista da América Latina.

A seção *Em defesa da pesquisa* com suas duas produções, a de Laís Barbosa Patrocino, intitulada “*Educação popular em torno de uma plataforma política – o impacto do trabalho em rede de movimentos sociais pelos direitos das juventudes*”, discute o trabalho colaborativo das atividades na educação popular ao redor da Plataforma Política do Fórum das Juventudes da Grande Belo Horizonte em 2014. A segunda colaboração “*O MTST e o poder da Ideologia: uma análise da mídia PodOcupá*”, de Matheus Braz Horstmann e Ricardo Gonçalves Severo, analisa o podcast PodOcupá do MTST para compreender o projeto ideológico do movimento a fim de entender as determinações político-econômicas que se fazem presentes em projeto pedagógico.

Nos *Temas geradores* contamos com três verbetes, o primeiro sobre “*O direito que nasce do povo*” do mexicano e advogado popular Jesús Antonio de la Torre Rangel, traduzido do espanhol por Ricardo Prestes Pazello, explica a produção normativa que se desprende da práxis das lutas populares, inclusive como sinônimo de justiça, e são tratados como alternativas ao direito hegemônico vigente. Nesse sentido, trata-se de um clássico texto do livro “*El derecho que nace del pueblo*” no espanhol que agora se encontra disponível em português. Já o verbete de Katya Regina Isaguirre-Torres e Gabriel Vicente Andrade, “*Direitos da natureza*”, revela a disputa pela compreensão do termo natureza e sua relação com a constante luta dos povos em sua produção e reprodução da vida e de normativas, da política, assim como na construção de um projeto de sociedade diferente do atual paradigma extrativista. Por fim, o verbete “*Teorias críticas do colonialismo*”, de Ricardo Prestes Pazello, propõe elaborar uma síntese didática do que se entende por teorias críticas do colonialismo.

Como não poderia faltar, o *Caderno de Retorno* conta com duas valiosas resenhas, a primeira denominada “*Resenha de ‘O marxismo ainda é útil?’*, de Frei Bettó”, de Leonardo Figueiredo de Souza e Marlon Kauã Silva Cardoso, que além de discutir os principais pontos da obra, realiza diálogos com Karl Marx e Friedrich Engels. A segunda, “*Iluminações para superar o capitalismo: um debate com Nancy Fraser e Rahel Jaeggi*”, de Gabriel Miranda, apresenta a resenha da obra “*Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*” daqueles dois autores.

A seção *Poéticas políticas* continua com seus encantos em formato de poema, poema em prosa, colagem e fotografias, entre eles o poema “*Tristeza Maravilhosa*” de José D'Assunção Barros; além da colagem “*O que vem por aí*”, de Flávia do Amaral Vieira, que integra a capa deste dossiê e anteriormente mencionado. Quanto às fotografias sob o título “*Documentando el México Originario: Xantolo*”, de Adbeel Darío Duarte Hernández, Francisco Hiram Vázquez Hernández e José

Dagoberto Hernández Gopar, os autores descrevem o contexto da tomada de fotos e apresenta a riqueza cultural nahua, no México, na celebração do Xantolo, por nós conhecida como o dia dos mortos, em uma rica prática cultural no uso de uma variedade de máscaras e danças. Em seguida, o documentalista Alan David Cabrera também nos proporciona incríveis fotografias intituladas “*El señor de las sirenas, el asombroso alfarero sin vista*”, onde narra sua chegada a Ocotlán, em Oaxaca, México, até chegar no espaço de artesanias surrealistas de José García y Teresita Mendoza, e demonstra a persistência de José Garcia em seguir criando suas esculturas de barro apesar de sua irreversível cegueira. Por fim, os leitores e leitoras podem aproveitar o poema em prosa “*Continentes*”, de Viviane Souza de Almeida.

A última seção *Práxis da libertação* conta com dois trabalhos imbricados nas práticas da assessoria jurídica popular. O primeiro deles é o esforço dos militantes da Via Campesina Brasil, Rafael Bastos, Tairi Felipe Zambenedetti, Tchenna Maso, Marina dos Santos e Marciano Toledo, de realizar a tradução da cartilha da Via Campesina Internacional sobre a Declaração de Direitos dos Camponeses e das Camponesas para o português. A Declaração foi um instrumento construído pela Via Campesina há mais de 10 anos, que em 2018 foi aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, e reconhece, dentre tantos direitos, os camponeses e camponesas como sujeitos de direitos, e seu papel fundamental para a continuidade da vida no planeta. O segundo trabalho, trata-se de um Parecer realizado pelo grupo de pesquisa e extensão EKOA-Direitos Socioambiental, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), construído no trabalho conjunto com o Movimento dos Atingidos e das Atingidas por Barragem (MAB), para a audiência pública realizada pelo Ministério Público Federal em 2021 sobre a Política Nacional dos Atingidos por Barragem (PNAB).

São muitos os desafios que cercam a pesquisa militante e as teorias críticas e comprometida com a transformação social na América Latina. Promover os encontros entre nosso passado, nosso presente, e alçar um futuro de maior dignidade e soberania aos nossos povos são nossas tarefas permanentes. Esperamos que os trabalhos aqui reunidos possam contribuir com as reflexões de muitos pesquisadores e pesquisadoras, militantes de movimentos populares e organizações, e colaborar com a construção de teorias críticas do direito na e para a libertação dos povos de *Nuestra América*.

Uma proveitosa leitura a todas e todos!

Brasil, janeiro de 2023.

